

Psicologia:

Identidade Profissional e Compromisso Social

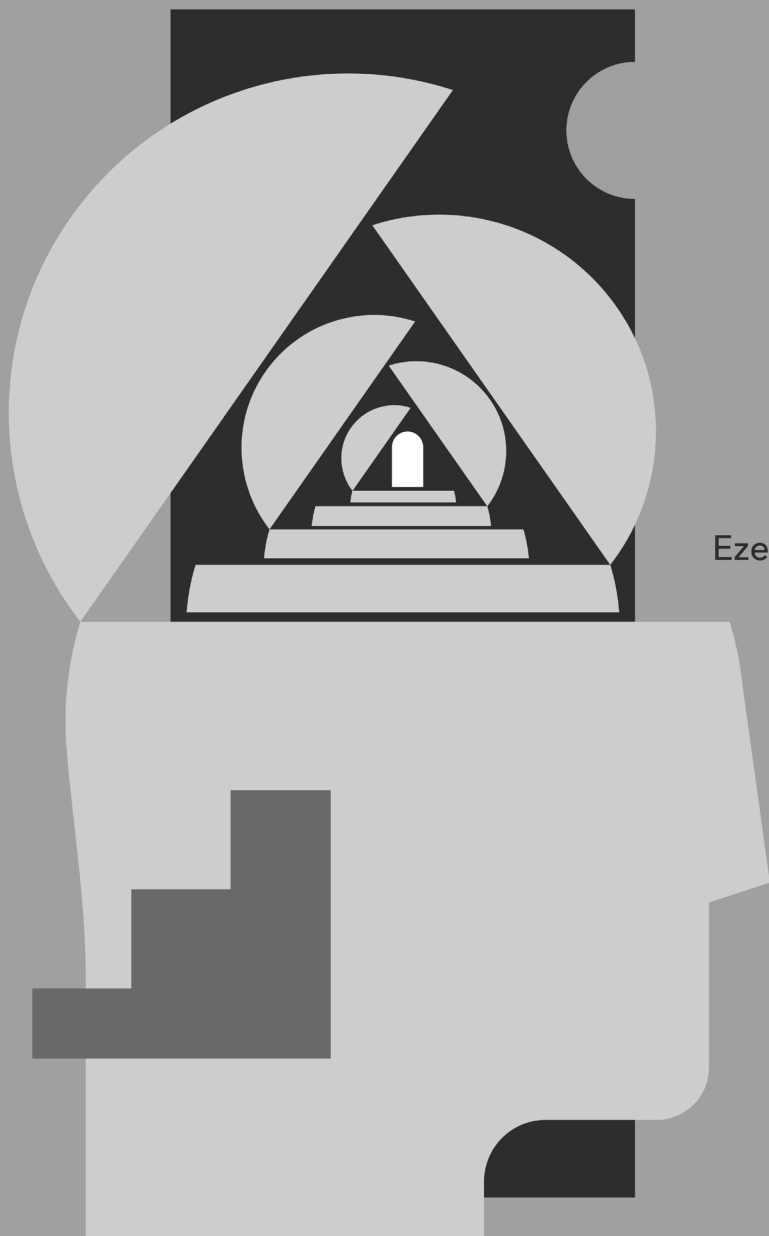


Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Psicologia:

Identidade Profissional e Compromisso Social



Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Psicologia: identidade profissional e compromisso social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 Psicologia: identidade profissional e compromisso social /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-939-4

DOI 10.22533/at.ed.394213003

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A psicologia enquanto ciência retoma muitas iniciativas tanto da filosofia quanto da fisiologia, que desde a antiguidade tenta se ocupar, com reservas, das tramas, conflitos, funcionamento e atitudes internas e “mentais” do homem. Nessa veia, os laboratórios germânicos surgem para descrever e tabular esses comportamentos internos do homem e tornar explícitos os mecanismos que levam ao funcionamento mais íntimo da vida humana.

No entanto, a psicologia enquanto profissão gasta ainda um tempo para se lançar tímida ao mundo. Apesar dos laboratórios, dos testes franceses iniciados por Janet e outros, é possível marcar o início da profissão do psicólogo na virada do século XIX, nos Estados Unidos.

Lightner Witmer, funda em 1896, na Universidade da Pensilvânia, o que podemos sem muita dificuldade nomear como a “primeira clínica psicológica”. É notável que o período histórico se equivale ao mesmo que em Viena, o austríaco Sigmund Freud inicia seus procedimentos que levam mais tarde o trato de Psicanálise. Mas a distância entre fundação e construção se marca de modo a poder creditar a Witmer esse pilar.

Mas vale lembrar que a profissão em torno da Psicologia, não se limitou apenas aos atos clínicos. Da criação de testes, ao estudo laboratorial do comportamento humano, uma infinidade de novas práticas se somaram para compor o cenário único do universo psicológico.

Tendo, pois, esse universo multívoco em torno da Psicologia, a *Coleção Psicologia: Identidade Profissional e Compromisso Social*, se estabelece na tentativa de elucidar sobre essas várias apreensões possíveis pelos profissionais da Psicologia. Contamos nesse primeiro volume com 20 artigos de autores de diversas partes do mundo, que relatam prioritariamente os trabalhos da Psicologia em suas fronteiras com a educação, o mundo organizacional e com a sociedade.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO PELA PERCEPÇÃO DO TRABALHADOR DURANTE A PANDEMIA

Maria Helena Maia e Souza
Priscila Samara da Silva
Karla Maria Pereira dos Santos
Islanny Grazielly Azevedo Coutinho
Denise Ferreira Brito
Georgia Ferreira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.3942130031

CAPÍTULO 2..... 10

PSICOLOGIA E PROCESSOS DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO EM SUPERMERCADO DO SUL DO ESTADO DE GOIÁS

Renata Martins do Carmo
Patrícia Francisca dos Santos Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.3942130032

CAPÍTULO 3..... 21

UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO DOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Cláudia Reis Flores
Loren Aita Riss

DOI 10.22533/at.ed.3942130033

CAPÍTULO 4..... 35

PROMOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS PARA APRENDER

Luciana Toaldo Gentilini Avila
Lourdes Maria Bragagnolo Frison (*in memoriam*)

DOI 10.22533/at.ed.3942130034

CAPÍTULO 5..... 46

IMPORTÂNCIA DOS COMPORTAMENTOS DE CIDADANIA ORGANIZACIONAL NA PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS DE RISCO - LEI DE EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS PORTUGUESAS

Paula Costa Neves
Rui Paixão

DOI 10.22533/at.ed.3942130035

CAPÍTULO 6..... 50

VOU PARA A ESCOLA, E AGORA? DO PRÉ-ESCOLAR PARA O 1º CEB: CRENÇAS INFANTIS

Elisabete Batoco Constante de Brito

Filomena de São José Bolota Velho

DOI 10.22533/at.ed.3942130036

CAPÍTULO 7..... 68

EXPECTATIVAS Y ESTILOS DE CRIANZA DE LOS PADRES Y MADRES DE ESTUDIANTES CON HABILIDADES DIFERENTES- HUÁNUCO,PERÚ

Lilia Lucy Campos Cornejo

Ana María Victorio Valderrama

Miguel Angel Jaimes Campos

DOI 10.22533/at.ed.3942130037

CAPÍTULO 8..... 80

EXPERIÊNCIAS DE VÍTIMAS DE BULLYING ESCOLAR: UM ESTUDO A PARTIR DA TEORIA FUNDAMENTADA

Wanderlei Abadio de Oliveira

Rosimár Alves Querino

Claudio Romualdo

Vinícius Alexandre

Yurín Garcêz de Souza Santos

Simona Carla Silvia Caravita

Marta Angélica Iossi Silva

Manoel Antônio dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3942130038

CAPÍTULO 9..... 91

A INFLUÊNCIA DA AVALIAÇÃO ESCOLAR NA AUTOIMAGEM DO ALUNO

Amanda Souza Vieira

Érica Queiroz de Moura

Gabrieli Camargos Cunha Santana

DOI 10.22533/at.ed.3942130039

CAPÍTULO 10..... 100

A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA PRÁTICA DE ACOMPANHAMENTO TERAPEÚTICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Keilany Botelho Araujo

Maria Guedes do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.39421300310

CAPÍTULO 11..... 111

ABORDAGEM DOS TRANSTORNOS ALIMENTARES EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL PELO GRUPO TERAPÊUTICO ALIMENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ianna Andrade Oliveira

Janielly Vilela dos Santos Gonçalves

Vanessa Santos Araújo

Thays da Silva Nogueira

Bruna da Costa Viana

Fernanda Andrade Martins

Dandara Barahuna Guimarães Bezerra
Suellem Maria Bezerra de Moura Rocha

DOI 10.22533/at.ed.39421300311

CAPÍTULO 12..... 118

A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL: NO CAPS-AD III DE ARAGUAINA-TO

Sueli Marques Ferraz

Júlia Carolina da Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.39421300312

CAPÍTULO 13..... 127

SUBJETIVIDADES E INFRAÇÃO: SOB ELOS E NUANCES DAS REDES

Cristiane Dameda

Lucas Guerra da Silva

DOI 10.22533/at.ed.39421300313

CAPÍTULO 14..... 137

JOVENS EM EXPERIÊNCIAS EXTREMAS DE ABANDONO: TRAUMA E VULNERABILIDADE

Glaucia Regina Vianna

Francisco Ramos de Farias

DOI 10.22533/at.ed.39421300314

CAPÍTULO 15..... 149

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS A RESIDENTES DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS: EXPERIENCIA DE UMA COMUNIDADE

Janecléia Ross Araújo

Marcela Araújo Gonçalves Rodrigues

Leonardo Augusto Couto Finelli

DOI 10.22533/at.ed.39421300315

CAPÍTULO 16..... 163

EXPRESSÕES SUICIDAS NO FACEBOOK: UMA DISCUSSÃO DA SUICIDOLOGIA SOBRE A INTENÇÃO DE MORRER

Ricardo Carvalho Quesada

DOI 10.22533/at.ed.39421300316

CAPÍTULO 17..... 177

ALÉM DO CORPO ESCALPELADO: O COMPROMISSO DA PSICOLOGIA DIANTE DA REGIÃO AMAZÔNICA

Joyce Gadelho Moraes

Lorena dos Santos Pereira

Valber Luiz Farias Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.39421300317

CAPÍTULO 18..... 189

ABORDAGEM *MINDFUL EATING* EM UM CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

PELO GRUPO TERAPÊUTICO ALIMENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ianna Andrade Oliveira
Janielly Vilela dos Santos Gonçalves
Thays da Silva Nogueira
Luiza Maciel Gerônimo
Dandara Barahuna Guimarães Bezerra
Bruna da Costa Viana
Fernanda Andrade Martins
Suellem Maria Bezerra de Moura

DOI 10.22533/at.ed.39421300318

CAPÍTULO 19..... 195

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA PARA A FAMÍLIA E A ESCOLA NA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL

Gabriela de Souza Paula
Mariana Fernandes Ramos dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.39421300319

CAPÍTULO 20..... 205

LIDERANÇA E A CRIAÇÃO DE VALOR: SOMOS TALENTOSOS OU PERSISTENTES?

Rafaela Baldi Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.39421300320

SOBRE O ORGANIZADOR..... 210

ÍNDICE REMISSIVO..... 211

CAPÍTULO 14

JOVENS EM EXPERIÊNCIAS EXTREMAS DE ABANDONO: TRAUMA E VULNERABILIDADE

Data de aceite: 29/03/2021

Data de submissão: 15/01/2021

Glaucia Regina Vianna

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO
Rio de Janeiro- Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/4494064730870886>

Francisco Ramos de Farias

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO
Rio de Janeiro- Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/7128597444325843>

RESUMO: Para refletir sobre a infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social, partimos da premissa de que esses processos do desenvolvimento psíquico, requerem atenção especial e cuidados específicos, sendo essencial a proteção dos agentes de socialização. Bem como o acesso à saúde, escola e bens culturais que permitam formar um cidadão pleno de possibilidades. Contudo, a partir dos estudos realizados, compreendemos que tais direitos são negados as classes mais baixas da população, expondo crianças e adolescentes, continuamente a situações de extrema violência e experiências de cunho traumático. Propõe-se realizar um estudo de cunho interdisciplinar, a fim de compreender os efeitos do abandono do Estado frente a essa questão.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; infância;

adolescência; experiência traumática; exclusão social; abandono.

YOUNG PEOPLE IN EXTREME ABANDONMENT EXPERIENCES: TRAUMA AND VULNERABILITY

ABSTRACT: To reflect on childhood and adolescence in a situation of social vulnerability, we start from the premise that these processes of psychic development, require special attention and specific care, and the protection of socialization agents is essential. As well as access to health, school and cultural assets that allow the formation of a citizen full of possibilities. However, from the studies carried out, we understand that such rights are denied to the lower classes of the population, exposing children and adolescents, continuously to situations of extreme violence and experiences of a traumatic nature. It is proposed to carry out an interdisciplinary study in order to understand the effects of the abandonment of the State in relation to this issue.

KEYWORDS: Violence; childhood; adolescence; traumatic experience; social exclusion; abandonment.

1 | INTRODUÇÃO

A infância e adolescência vividas são passagens do processo de desenvolvimento psíquico que requerem atenção especial e, sobretudo, cuidados dos agentes de socialização. Embora sejam duas fases com características próprias, há com relação as mesmas algo em comum: tanto uma quanto

outra correspondem a travessias em relação as quais, a criança e a(o) adolescente devem ser protegidos em razão das dificuldades de enfrentamento do mundo.

Sendo assim, pais, em primeiro lugar, educadores e, de um modo geral, outros agentes de socialização não devem poupar esforços quanto à segurança e estabilidade desses seres humanos em formação, como também os agentes estatais, se pretendermos, minimamente, construir um horizonte de vida com condições de realização e também satisfações das aspirações que neles incidem.

Contudo, existem muitos desdobramentos sociais que concorrem para a exposição de crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade social, especialmente pela exposição contínua a situações extremas de violência.

Essas circunstâncias são muitas vezes decorrentes da ausência de serviços de assistência mínima para pais e mães que sobrevivem em muita dificuldade, devido ao exíguos ou inexistentes orçamentos para oferecer uma subsistência mínima para seus filhos, por viverem em uma franja de pobreza que, a cada dia mais avoluma; por não disporem de condições habitacionais propícias (é bastante comum não disporem de habitação alguma, recaindo, esses pais, na situação de pessoas adultas em situação de abandono social), pelo fato de serem famílias que, em grandes centros urbanos, são forçadas, pelo estado de pauperização devido às suas condições econômicas, a conviverem em regiões com pouquíssimos ou nenhuma modalidade de serviços essenciais, quase sempre, controladas por organizações criminosas, correndo vários riscos de vida e, enfim, pela omissão do Estado diante de um problema social dessa natureza.

É prudente lembrar que atualmente manter-se vivo, em uma favela ou uma microrregião marginalizada da periferia, é uma grande aventura diante das diferentes fontes de ameaça, além da distribuição desigual da precariedade, pela ausência políticas públicas implementadas, nesses espaços, em termos de assistência.

Em primeiro lugar, se naquele lugar, há uma facção criminosa, ligada ao narcotráfico, as pessoas que nele circulam não podem, por qualquer motivo, se rebelar contra as normas arbitrariamente estabelecidas que imposições a serem cumpridas, caso contrário a desobediência pode custar a vida.

A situação de violência extrema que expõe as pessoas desses espaços a vulnerabilidade que se consolida, praticamente, pela adoção de atitudes de submissão que recaem sobre essas pessoas que devem seguir normas difundidas em termos de negação das ocorrências que fazem parte do cotidiano, desses espaços nas cidades, como a omissão de relatos sobre qualquer situação presenciada ou conhecida. As pessoas que habitam essas regiões são constantemente advertidas de que qualquer desatenção a uma determinação arbitrária não ficam sem punição que, às vezes, se estendem a familiares.

Em segundo lugar, se a região for território de domínio de grupos milicianos a situação muda um pouco, porem a violência continua sendo a mesma, visto que as pessoas também devem seguir determinações prescritas, sobretudo de obediência e adesão aos

serviços oferecidos por esses grupos, porém a custo mais elevado.

Essa circunstância concorre para a pauperização dos mais empobrecidos que são, praticamente, empurrados para a miséria, cujo controle decorre da opressão do Estado com seu braço forte: o Estado Penal que é convocado a agir em razão de uma ardilosa estratégia de opressão social que é a criminalização da pobreza, conforme salienta Wacquant (2014, p. 141) “a política penal e a política social não são mais do que as duas vertentes de uma mesma política da pobreza na cidade – no duplo sentido de luta pelo poder e ação pública”.

Queremos salientar que, a intervenção opressora do Estado, com a política Penal que, severamente pune, pessoas de determinadas classes sociais, por critérios arbitrários pautados em condições socioeconômicas e raciais, temos a expressão de uma coação, a qual é justificada como imposição de ordens e segurança, em razão da difusão contínua da mídia de que as regiões em que vivem essas pessoas são focos de desordem e violência.

Em terceiro lugar, queremos chamar a atenção para uma ocorrência frequente nos grandes centros urbanos que consiste na intervenção de aparatos policiais em favelas e regiões periféricas marginalizadas. Nessa ação do Estado, geralmente, acontecem confrontos com resultados de morte por “balas perdidas” o que se popularizou no cotidiano da imprensa e das pessoas que vivem nesses locais em extrema vulnerabilidade.

Contudo sabemos que os objetivos dessas ações, nem sempre são guiados pela tentativa de prestar segurança a pessoas de regiões marginalizadas, uma vez que representam mais uma modalidade de violência, que, com frequência, é aceita pela sociedade a partir da recorrência a argumentos nefastos como, por exemplo, a justificativa de uma pessoa morta em confronto com a polícia é ligada ao tráfico de substâncias entorpecentes ou é amiga de um traficante.

Contudo não fica explicitada que o verdadeiro motivo da operação consiste em, conforme assinala Wacquant (2007, p. 203):

[...] fazer uma assepsia do crime da classe baixa nas ruas em vez de enquadrar as infrações da classe alta nas grandes corporações. Isso porque expandir o Estado Penal lhes permite, em primeiro lugar, abafar e conter as desordens urbanas geradas nas camadas inferiores da estrutura social pela simultânea desregulamentação do mercado de trabalho e decomposição da rede de segurança social.

Essa mira do Estado para essas regiões atende diretamente aos propósitos de políticas neoliberais que garantem os interesses econômicos de um pequeno setor da social, especialmente, pela opressão generalizada de classes de trabalhadores que esbocem qualquer insinuação de reivindicação em relação às precárias condições em que vivem.

O cenário descrito acima é bastante sugestivo para que possamos tecer considerações sobre as situações de violência extrema em que determinadas pessoas vivem em razão de suas condições econômicas, cor de pele e regiões das cidades marcadas pela rubrica

de violentas.

No entanto, nessas regiões vive ou melhor, tenta sobreviver, um grande contingente da população em condições vulneráveis por diversos fatores, mas principalmente enumeramos três: a falta de segurança com exposição contínua à violência; a ausência de serviços sanitários e, as péssimas condições habitacionais que pode ser depreendida em aglomerados urbanos com alto índice de contração de pessoas. Nessas pessoas se encontram jovens e adolescentes que, praticamente, são entregues à própria sorte, seja pelo fato de os pais trabalharem e os filhos mais velhos se encarregarem dos cuidados, proteção e educação dos mais jovens, seja pelos atrativos convites veiculados pelo universo do crime em termos de ascensão social e, principalmente, para os jovens do sexo masculino, a aquisição de um status de masculinidade e poder.

2 | INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA MUTILADAS

Qualquer tratado que seja consultado sobre o desenvolvimento humano destaca que a infância e a adolescência são as fases de extrema importância na formação do ser humano, necessitando de cuidados específicos da família e de toda a sociedade, no tocante ao acesso à saúde, à escola e aos bens culturais que permitam formar uma(um) cidadã(o) pleno de possibilidades, capaz de enfrentar as dificuldades da vida em termos de realização profissional, em um país como o Brasil, no qual as taxas de desemprego assumem uma curva crescente, como também a ilusória ilusão de realização sob a ótica do empreendedorismo que, na verdade oculta e disfarce a queda vertiginosa em um abismo social, sem quaisquer possibilidades de retorno.

Contudo, observamos que grande parte, dos direitos mínimos essenciais, é negada às classes menos favorecidas economicamente, bem como as classes discriminadas, por critérios raciais, da população; e mesmo tendo leis que amparem a causa da criança e do adolescente em vulnerabilidade social, esses dispositivos legais não são suficientes para retirá-los das ruas, provavelmente em razão da ausência de interesses da sociedade e de setores do Estado, visto que, a existência de segmentos de pessoas em franja de miséria é um horizonte bastante promissor para empregadores, pois investirão poucos recursos e obterão grandes lucros, conforme nos alerta Brown (2019). Na verdade, o processo de pauperização da pobreza é bastante lucrativo em razão da produção de um setor de trabalhadores que sequer discutem salários. Um vez diante da ameaça do desemprego aceitam as piores condições de trabalho, com baixíssimas remunerações. São esses empregados (pais e mães) que terão muitas dificuldades em oferecer condições mínimas na educação de seus filhos e que também o Estado não comparece e, quando comparece, é na forma opressiva e truculenta dos aparatos de militarização, para controle e coerção de pessoas que vivem em condições precárias, sem o mínimo para satisfação de suas necessidades básicas. Então não teríamos, nessas regiões, por total ambição do Estado,

uma incubadora de pessoas cujo destino é traçado para o pior? Quer dizer, a vulnerabilidade decorrente da exposição a violência extrema para crianças e jovens alicerça qual tipo de horizonte futuro? E, enfim, quais políticas assistências são implementadas diante de um cenário dessa natureza, além da intervenção de aparatos policiais?

Com bases nessas indagações, estamos diante da necessidade de desenvolver um estudo de cunho interdisciplinar que nos permita compreender, em uma visão pluridimensional, os efeitos do abandono do Estado frente a essa questão, bem como as circunstâncias de acumplicimento de setores da sociedade que, lançam mão de próteses tapa olhos para, decididamente, não enxergarem uma realidade que se descortina em seus horizontes bem próximos.

Como então acontecem essas práticas? Por um lado, pela postura de que as pessoas, de um segmento social, não servem de referências de reconhecimento, razão pela qual podem ou devem ser descartadas, visto que se trata de vidas sequer merecedora de viver e ainda não passíveis de luto, conforme propôs Butler (2015, p. 40), para quem “a vida exige apoio e condições possibilitadoras para poder ser uma vida vivível”. Por outro, a situação em extrema vulnerabilidade na qual vivem essas pessoas, geralmente é naturalizada ou banalizada diante do suposto entendimento de se trata de uma escolha dessas pessoas viverem da forma que vivem ou um desígnio divino. De uma forma ou de outra, são soluções paliativas, mas servem para não retirar a tranquilidade de segmentos sociais com alto poder de consumo.

A infância e adolescência em situação de vulnerabilidade se inserem na rubrica de um sintoma social da grave crise ética e política em nosso país, visto que parte de um processo de abandono, exclusão e segregação que atravessa várias gerações. Mais de um terço das famílias brasileiras encontram-se abaixo da linha da pobreza, vivenciando ciclos de pauperização, em que os processos migratórios, pressões sociais, fragmentação dos vínculos afetivos, perda da função do chefe provedor, trabalho precoce dos membros mais jovens, desencadeiam situações de violência, abandono e desassistência, dando origem a uma legião de meninos e meninas abandonados à própria sorte, ameaçando a “ordem instituída”. Agrupados em bandos pelas cidades, entregam-se à prostituição e às drogas, e acabam por se envolver no submundo do narcotráfico, tendo uma média de vida muito curta.

Contudo indagamos: existem outras alternativas em um país marcado pelo acentuada desigualdade social e com uma estatística crescente do desemprego? Não estamos propondo que o recurso à delinquência seja a única saída, porém não podemos deixar de levantar esse questionamento, se consideramos que no *ranking* da desigualdade social somente dois países do continente africano apresentam resultados piores em comparação com o nosso.

No âmbito familiar, na maioria dos casos, o abandono ocorre com filhos de pais que também foram criados sob a égide da violência, submetidos a constantes experiências

traumáticas como espancamentos e violações - situações físicas e psicológicas que produzem estados de impotência - e não conhecem outra forma de educar seus filhos. A situação agrava-se ainda mais, na medida em que, nessas famílias o Estado se omite, com muita frequência, da intervenção no intuito de proteger crianças e adolescentes em programas de conscientização acerca dos princípios de educação para esses pais, mães e outros agentes de socialização.

Devido a constantes exposições à violência, ocorre uma dificuldade significativa na formação de vínculos de natureza afetiva. Desse modo, já existe uma grande desvantagem social, em termos de fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e sentimento de pertencimento microssocial, formando seres humanos com baixa autoestima, reforçada pela miséria material e afetiva, dando origem a histórias de vida esfaceladas, marcadas por exploração e desigualdades sociais, pertencendo a um ambiente de negação de direitos, tendo suas realidades a quilômetros de distância de saber o que é a paz e a possibilidade de um mundo melhor.

Nas favelas e regiões degradadas e marginalizadas da periferia da cidade do Rio de Janeiro, nas quais essas pessoas ensaiam viver, são escassas as expressões culturais como teatros, cinemas, salas de dança, oficinas musicais e literárias, praças de esporte e até mesmo escolas, enfim, tudo aquilo que possibilitaria oportunidades para um futuro mais promissor e um presente mais leve, com espaços para alívio das dores permanentes, mesmo sabendo que, atualmente existem movimentos expressivos nas favelas que, na qualidade de formas de resistência, tentam quebrar os elos de uma corrente que colocam as pessoas, desses espaços, sob potentes grades controladas por fronteiras imaginárias, mas muito eficazes no processo de segregação social.

Se tivermos a curiosidade de ilustrar com um exemplo, lembremos da dicotomia usual bastante frequentes nas cidades, de cunho pejorativo: a pessoa é do asfalto ou do morro? A resposta a essa pergunta tem ressonâncias bastante significativas no imaginário social, principalmente em termos do processo segregativo e de produção de estigmas.

3 | O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E A POSIÇÃO EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA

A violência contra a criança e o adolescente sempre esteve presente na sociedade e em diferentes classes sociais, porém nas classes de baixo poder de consumo se avoluma em razão das dificuldades de enfrentar o problema da fome, de moradia, de combates às doenças. No Brasil, um avanço importante para reconhecer crianças e adolescentes como cidadãs(os) com direitos e deveres foi o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) - criado pela Lei 8.069 e que, em julho de 2015, completou 30 anos. Não obstante, por mais que o ECA estabeleça que todas as crianças têm direito à educação em seu sentido pleno, há uma total incoerência entre o estatuto e a realidade, indicando

desacerto e descompasso entre os níveis administrativos da Secretaria de Educação e a garantia de direitos estabelecidos pelo ECA.

É mister esclarecer que o ECA tem suas origens e se fundamenta no Artigo 277 da Constituição Federal, o qual preconiza:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 1).

Todavia, apesar do avanço obtido a partir da proposição do ECA e mesmo tendo sido alvo de um processo de ampla discussão e participação da sociedade civil, principalmente dos movimentos sociais, o Estatuto vem sofrendo oposições de várias ordens, especialmente no âmbito de controle social que conclama pela diminuição da faixa etária para a maioria penal. A resistência e o pronunciamento de críticas contra a garantia de direitos das crianças e adolescentes apresentam traços históricos e culturais, assentados na assimilação de ideias dos colonizadores que foram impostas ao povo brasileiro, como verdade a serem seguidas.

Historicamente, nos reportando ao período medieval, tomando como base os estudos de Philippe Ariès, vemos que, em sua obra *História social da criança e da família*, por intermédio da iconografia da época, o autor faz uma minuciosa pesquisa e aponta que havia uma falta de sentimento para com a infância, em que a criança mal adquiria um desembaraço físico era logo inserida no mundo dos adultos, partilhando dos seus trabalhos e jogos:

A infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança. A importância atribuída aos corpos das crianças mortas também demonstrava bastante esse descaso: o hábito de enterrar em casa, no jardim, a criança morta sem batismo [...] as crianças mortas muito cedo era enterradas em qualquer lugar, como hoje se enterra um animal doméstico. (ARIÈS, 1978, p. 52).

Somente no século XVII ocorre uma mudança significativa na sociedade, em termos de valorização do sentimento de infância, bem como o surgimento da ideia de que a infância constitui uma etapa diferenciada da vida adulta, denotando que o sentimento de infância e adolescência, tal qual concebemos, foi oriundo de um processo de evolução no decorrer dos séculos, uma construção social principalmente no que tange à maneira como a criança passa a ser vista socialmente e tratada pela família. Eis o que depreendemos da minuciosa pesquisa realizada por Jean Delumeau e Daniel Roche, em 1990. Na obra intitulada: *Histoires des pères et de la paternité*, na qual nos apresentam um contundente relato dos processos que culminaram nos direitos da criança, cujas teses acerca da infância foram exaustivamente exploradas por Philippe Julien em sua obra intitulada: *O manto de Noé*,

ensaios sobre a paternidade.

Todavia, embora tenham ocorrido tantas mudanças em relação à educação, roupas, jogos, enfim, tudo que pudesse diferenciar a infância do mundo adulto, e o reconhecimento social da especificidade dessa fase, ao nos reportarmos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, e observar o abandono, violência e banalidade, parece ter ocorrido um processo de involução do sentimento de infância, ver crianças e adolescentes completamente drogados parecendo espectros, tornou-se tão banal que não permite a sociedade vê-los como crianças, não desperta o sentimento de infância. Outrossim, o sentimento de medo e ódio resulta, na melhor das hipóteses, em uma dinâmica de agressão e contra agressão que, com frequência aparecem nos meios midiáticos na rubrica de ocorrências sangrentas e carnificinas com extermínios contumazes.

No Brasil, os direitos das crianças e adolescentes vêm sendo retirados tendo como base o Código do Menor, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), que trata as crianças em vulnerabilidade social como criminosas, extinguindo ainda mais seus direitos. Essa história, recente no nosso país tem suas expressões até os dias atuais, não deixando de existir porque o ECA entrou em vigor. Essa luta para que os direitos das crianças e adolescentes sejam assegurados é diária.

O Estado, por sua vez, destina instituições voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, como a Vara da Infância e Juventude, onde essa população permaneceria sob tutela e proteção do Estado, cuja finalidade maior seria possibilitar condições dignas, que lhes permitisse fazer outras escolhas na vida que não a eleição pelo mundo do crime. Todavia, não há garantia de que os direitos da criança e do adolescente serão efetivados, pois existem sérias questões estruturais como a falta de conhecimento sobre crianças e adolescentes em situação de risco social e também questões sociais como a discriminação de raça e gênero.

Não obstante, ainda temos que lidar com a violência da corrupção política em nosso país, que se manifesta sustentada por uma cultura dominante perversa, a qual é capaz de desviar bilhões de reais, necessários à realização de políticas públicas, deixando as classes mais necessitadas completamente à deriva. E o Estado, por sua vez, não garante os direitos fundamentais do cidadão, pois seus aparatos de repressão funcionam em defesa própria, em detrimentos de pequenos grupos econômicos que são mantidos sobre um forte escudo protetor e segurança e não da população em geral.

Com isso, diariamente trava-se uma guerra urbana, na qual são exterminados milhares de jovens, crianças, mulheres e negros, oriundos principalmente das camadas mais pobres da população. Conforme esclarece Wacquant, “a criminalização da pobreza e da miséria está relacionada à insegurança social gerada em toda parte pela dissociação do trabalho assalariado, o recuo das proteções coletivas e a mercantilização das relações humanas” (WACQUANT, 2001, p. 13), fazendo com que jovens sem perspectivas acabem como vítimas de vários tipos de violência, causadas não só pelo tráfico, mas também pelo

Estado.

Não obstante, convém esclarecer que essas ocorrências não são o desfecho de um planejamento bem orquestrado, no cenário políticas em um país que, conforme sinalizou Mbembe (2017) prima práticas calcadas na necropolítica, a qual se alastra sem controle de forma a produzir extermínio de muitas pessoas, em especial moradores de favelas e de regiões marginalizadas das periferias dos grandes centros urbanos e, em uma extensão menor, no meio rural. É pertinente também acrescentar que as práticas de extermínio executadas para a manutenção de um estado de segurança alimentam-se, segundo Mbembe (2017, p. 89) “de um Estado de insegurança que o próprio Estado de Segurança fomenta e para o qual pretende ser a resposta. Se o Estado securitário é uma estrutura, o Estado de insegurança é uma paixão ou, um afeto, uma condição e, até, uma força de desejo”. Em certo sentido, o Estado de insegurança deve ter uma funcionalidade evidente e garantida para justificar a existência do Estado securitário, mesmo que se seja às custas de práticas de opressão, segregação e extermínio.

Desse modo, podemos constatar que, nas periferias urbanas, as estratégias e iniciativas governamentais são ancoradas no uso da força e repressão; e as intervenções adotadas pelo Estado e seus aparelhos institucionais promovem a intimidação e a revolta popular. Nesse contexto, muitos adolescentes são estigmatizados como perigosos e antissociais, e o tratamento dispensado reflete uma política histórica de intervenção pela violência e não por medidas socioeducativas. Segundo Goffman (1980), estigma é um atributo que torna o ser humano, ou grupo, diferente dos outros elementos que pertencem à categoria da qual foi excluído. Este atributo passa a definir o ser humano como sendo menos desejável ou até totalmente mau e perigoso, reduzindo-o de modo depreciativo, sem dar chance de serem reconhecidas outras características, positivas e produtivas. As intervenções truculentas reafirmam o estigma que, por sua, vez, atraem essas mesmas ações, num ciclo vicioso que se retroalimenta socialmente por anos a fio.

Para compreender um pouco mais acerca de como se dá esse processo de estigmatização, remontamos a Althusser (1992), que aponta alguns mecanismos utilizados pelo Estado, os Aparelhos de Estado, classificandoss em Aparelhos Ideológicos e Aparelhos Repressivos. Aos primeiros, cabe manter a hegemonia da classe dominante com a propagação desse conjunto próprio de valores e atitudes, dando-lhes legitimidade dogmática, universal e perpétua. Isto significa dizer que a visão de mundo, ou ideologia particular da sociedade capitalista, é transmitida ao indivíduo desde o nascimento por esses aparelhos, tais como a família, a escola, a igreja, a mídia, e servem de base para a estruturação da subjetividade. Nesse contexto, os seres humanos são modelados pelos agentes coletivos da sociedade a que pertencem e, por meio deles, vão adquirindo a capacidade de apreender o mundo, ordenar as experiências vividas e interpretar o existir próprio e alheio - sempre com o juízo de valor pautado na percepção dada pela classe dominante.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, é necessário compreender que esses períodos da vida são caracterizados por intensas mudanças orgânicas, psíquicas e sociais, decorrentes da ação de hormônios e da aquisição de valores e referenciais de vida. Por isso, as crianças e os adolescentes vêm-se tornando presas fáceis das seduções da sociedade contemporânea.

A sociedade capitalista produz uma diversidade de condutas violentas, incitados midiaticamente em filmes, novelas, seriados, que incidem sobre a população infanto-juvenil como modelos a serem seguidos. Uma vez introjetados, esses modelos de comportamento são expressos nas situações cotidianas, visando à satisfação das necessidades materiais e aspirações ideativas que tanto acometem essa população.

O impedimento à satisfação das seduções do consumo, advindo da pobreza, proporciona um crescimento assustador do número de casos de violência produzida por crianças e adolescentes. A necessidade e a vontade de ter o que está na moda, “o que todo mundo tem”, não encontram freios facilmente nessa fase da vida. Ao contrário, a moda marca profundamente as aspirações dessas fases.

Considerando-se a importância da família, como sendo responsável pela inserção do sujeito na cultura, é imprescindível que ela proporcione à criança sentimentos de autonomia e segurança, primordiais para atravessar as várias fases da vida. Porém, é necessário ter a clareza de que essa criança já nasce em um ambiente de extrema pobreza, cujos direitos são extintos a cada dia - tanto dela como de toda sua família. E ainda, que ela e seus familiares, muitas vezes, possuem trabalho informal, ou até mesmo estão inseridas no mundo do crime, não tendo acesso à saúde, à habitação, ao transporte, à alimentação. Portanto, o que se pode esperar em termos de orientação familiar dada essa configuração? O ciclo de escassez e violência vai se repetindo transgeracionalmente.

Em nossas vidas, temos a influência do ímpeto capitalista pelo consumo, advindo da ideologia que forma as subjetividades dos nossos tempos. A todo instante somos impelidos pela mídia, por meio de propagandas que incitam o sujeito a adquirir bens de consumo sob a égide de serem realmente necessários à felicidade e bem-estar, sendo a posse deles a própria felicidade (LIPOVETSKY, 2004). Os apelos dessa sociedade, com seu discurso capitalista insuflado pelas classes dominantes e acatado pelas classes dominadas, reiteram a todo tempo que muito mais importante do que “ser” é “ter” – como há décadas já alertava Fromm (1980) para essa armadilha da modernidade. Tudo isso não passa incólume, já que o desejo de possuir bens que acenam para uma falsa felicidade torna-se a mola mestra propulsora de nossa cultura e, por essa razão, o valor dos seres humanos é medido à proporção do valor dos objetos de consumo de que dispõem. Diante desse quadro, é inevitável não reforçar os sentimentos de baixa autoestima, de fracasso e de impotência, de exclusão desconfortável e inquietante. Esse sentimento de estar fora das

questões mais fundamentais da sociedade da qual se faz parte e, principalmente, de estar destituído das oportunidades de usufruir dos bens é, em síntese, um severo choque no que tange ao reconhecimento social, necessário a todo ser humano para se sentir pertencendo à sociedade, e não excluído da mesma.

A presente reflexão longe de nos oferecer uma conclusão, lançou luzes para a compreensão desse fenômeno “infância e adolescência”, em situação de vulnerabilidade social. Pensar o que leva essas crianças e adolescentes a preferirem a vida nas ruas, estando expostos a vários perigos e vicissitudes, em detrimento dos seus lares (quando os mesmos existem) e das instituições do Estado e do Município destinadas a essa causa, nos leva a evocar uma visão pluridimensional, a qual aponta tratar-se de um problema de grandes proporções, oriundo de uma grave crise ética e política em nosso país, cujo sistema econômico neoliberal acharca e oprime principalmente as camadas mais baixas da população - justamente às quais essas crianças e adolescentes pertencem, tendo suas vidas marcadas pela exclusão e abandono desde tenra idade. Experiências em situações de violência extrema, cujos resultados vemos respingados no meio social em forma de ódio e segregação.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Artigo 277**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/escolaqueprotege_art227.pdf. Acesso em 16 de junho de 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em 16 de junho de 2016.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DELUMEAU, J.; ROCHE, D. **Histoire des pères et de la paternité**. Paris: Larousse, 1990.

FROMM, E. **Ter ou ser?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

JULIEN, P. **O manto de Noé: ensaios sobre a paternidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

WACQUANT, L. Rumo à militarização da marginalidade urbana. **Discursos Sediosos**. Crime, Direito e Sociedade. Ano 11, n. 15/16, 2007.

WACQUANT, L. **Onda punitiva**: o governo neoliberal da insegurança social. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

WACQUANT, L. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal. Uma cartografia analítica. **Tempo Social**, Revista de Psicologia da USP, v. 26, n. 2, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono 81, 137, 138, 141, 144, 147, 153, 185

Acompanhamento terapêutico escolar 100, 101, 108, 110

Adolescência 81, 113, 128, 129, 131, 135, 137, 140, 141, 143, 147, 175

Aglomerados subnormais 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 161

Alimentação 112, 113, 114, 115, 116, 124, 143, 146, 189, 190, 191, 192, 194

Assédio moral 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Atenção plena 189, 190, 191, 192, 194

Autoestima 42, 57, 68, 71, 72, 74, 75, 86, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 142, 146, 152, 153, 183, 184, 185, 187

Autoimagem 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 116, 183, 184

Autorregulação da aprendizagem 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 45

Avaliação escolar 91, 92, 93, 95, 96, 99

B

Bullying 2, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 104

C

Comportamento alimentar 112, 113, 115, 190, 191, 193

Comportamentos de cidadania organizacional 46, 47

Comportamentos de risco 46, 47, 48

Compromisso social 177, 186

Compulsão alimentar 112, 114, 116, 117, 191

Covid-19 1, 2, 3, 7, 9

Crenças infantis 50

D

Desenvolvimento 3, 11, 12, 18, 43, 46, 47, 50, 52, 65, 80, 82, 83, 87, 88, 89, 92, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 113, 122, 125, 131, 133, 134, 137, 140, 153, 158, 159, 160, 161, 162, 179, 191, 202, 205, 206, 208, 210

E

Educação alimentar e nutricional 190, 191, 193

Educação pré-escolar 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 63, 65, 66, 67

Educação sexual escolas 46

Ensino superior 5, 10, 35, 36, 37, 40, 43, 44, 45, 91, 152, 210
Escola 33, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 137, 140, 145, 153, 159, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202
Estigma social 150, 160, 161
Estilo de liderança 10, 11, 12, 13, 15, 18
Estilos de crianza 68, 71, 73, 74, 76, 78
Estratégias autoprejudiciais 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44
Estratégias de mediação 21, 23, 24, 26, 29, 32
Exclusão social 137, 152, 153
Experiência traumática 137

F

Família 21, 22, 57, 66, 87, 88, 105, 113, 122, 123, 140, 143, 145, 146, 147, 153, 156, 166, 171, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203
Funções sensoriais 190

H

Habilidades diferentes 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79
Hábitos alimentares 111, 112

I

Impactos psicossociais 149, 150, 152, 153, 160
Inclusão 14, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 152, 154, 180, 181, 200, 204
Infância 44
Infração 127, 128, 133, 135

N

Nutrição 37, 112, 113, 114, 116, 117, 189, 190, 191, 193, 194

P

Pesquisa qualitativa 163, 167
População ribeirinha 177, 178
Prazer e sofrimento 21, 27
Preconceito 102, 150, 154, 158, 185, 197
Psicologia comunitária 118, 119, 124, 125, 126
Psicologia organizacional 10, 12

Q

Qualidade de vida 32, 80, 81, 82, 88, 89, 106, 119, 123, 158, 186, 195, 196, 202

R

Relações de grupo 81

S

Saúde mental infanto-juvenil 195, 196, 197, 202

Subjetividades 21, 23, 127, 128, 129, 130, 131, 146

Suicídio em redes sociais 163

T

Trabalhador 1, 3, 7, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 126

Tráfico de drogas 127, 128, 130, 131, 133

Transição escolar 50

Transtornos da alimentação 112

Transtornos de ansiedade 91, 96, 98

V

Violência 3, 6, 7, 8, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 187, 188

Vitimização 80, 81, 84, 85, 86, 88

Psicologia:

Identidade Profissional e Compromisso Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Psicologia:

Identidade Profissional e Compromisso Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021